

# **Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As Concepções De Pêcheux E Bakhtin**

**José Henrique de Faria**

Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Administração  
E-mail: jhfaria@gmail.com

## **Resumo**

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a Análise de Discurso em Estudos Organizacionais segundo as concepções de Pêcheux e Bakhtin. Não se trata de uma proposição operacional de Análise de Discurso - AD, mas de uma discussão acerca dos cuidados sobre sua prática. A justificativa para este ensaio deve-se ao fato de que a utilização de entrevistas qualitativas e de análise de documentos e textos impressos em pesquisas nas áreas dos Estudos Organizacionais tem aumentado de forma exponencial nos últimos quinze anos no Brasil. Para Michel Pêcheux há uma relação discurso↔língua↔sujeito↔história ou discurso↔língua↔ideologia, em que o discurso é estudado não apenas enquanto forma linguística, mas como forma material da ideologia e em seu contato com o histórico, pois é aí que a materialidade específica do discurso se constitui. Já a teoria da linguagem de Bakhtin, em sua concepção dialógica, proporciona a apreensão de um processo de compreensão de um referencial heurístico (enquanto procedimentos pelos quais o sujeito, através de processos, regras ou métodos, descobre o sentido das palavras) de grande valia para a compreensão da estratégia de análise do discurso. O que se pode concluir é que quando se analisa um discurso é necessário considerar que o mesmo não tem sentido sem que haja uma interpretação, um significado que lhe dê visibilidade.

**Palavras-Chave:** Análise de discurso. Pesquisa qualitativa. Estudos organizacionais. Formação discursiva dialógica.

Artigo submetido em 29/09/2015 e aprovado em 30/10/2015, após avaliação double blind review.

# Discourse Analysis In Organization Studies: Pêcheux And Bakhtin Concepts

**José Henrique de Faria**

Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Administração  
E-mail: jhfaria@gmail.com

## **Abstract**

The aim of this essay is to reflect on discourse analysis in Organization Studies according to Pêcheux's and Bakhtin's concepts. It is not an operational propose of discourse analysis – DA, but a discussion about the cautions of its practice. The reason is that the use of qualitative interviews and document analysis, as well as printed texts on Organization Studies research, are rising substantially over the last fifteen years in Brazil. For Michel Pêcheux, there is a relation discourse↔language↔subject↔history or discourse↔language↔ideology, in which the discourse is researched not only as a linguistic form but as the material form of the ideology and in touch with the historical. Thus, it is the manner that the concrete materiality of discourse is shaped. The Bakhtin's language theory, in its dialogic conception, provides the apprehension of an understanding process of a heuristic basis (qua proceedings that subject through the process, rules or methods, discover the meaning of the words) with high value for the discourse analysis strategy understanding. What is possible to conclude is that when an analysis of a discourse is needed to consider that it does not have sense without an interpretation, a meaning that gives it visibility.

**Keywords:** Discourse Analysis. Qualitative Research. Organization Studies. Dialogic Discursive Construction.

**Manuscript received on September 29, 2015 and approved on October 30, 2015, after one round of double blind review.**

## **1 Introdução**

O objetivo deste ensaio é refletir sobre a Análise de Discurso em Estudos Organizacionais segundo as concepções de Pêcheux e Bakhtin. Não se trata de uma proposição operacional de Análise de Discurso - AD, mas de uma discussão acerca dos cuidados sobre sua prática. Tradicionalmente, do ponto de vista epistemológico, AD é um método orientador que abriga várias e distintas concepções e não simplesmente uma ferramenta ou uma técnica. Neste sentido, duas questões complementares se colocam de pronto. A primeira é que a AD, ao abrigar distintas concepções teóricas impõe, aqui, uma limitação de espaço para o desenvolvimento das reflexões, o que implica, na prática, a escolha de apenas duas delas. Mesmo tendo por critério a proposta de uma análise dedicada de discurso, é um corte necessariamente arbitrário que acaba por deixar de fora, por exemplo, a Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2001), a arqueologia e o discurso como prática, proposta por Foucault (1996; 1997) e a hermenêutica e o discurso como texto, proposta por Ricoeur (1990; 2000). A segunda questão remete ao fato de que como cada uma das concepções de AD possui uma epistemologia e uma metodologia que lhes correspondem, neste ensaio as dimensões epistemológicas de Pêcheux e de Bakhtin serão tratadas aqui em suas duas vertentes: estruturalista e dialógica, respectivamente.

A justificativa para este ensaio deve-se ao fato de que a utilização de entrevistas qualitativas e de análise de documentos e textos impressos em pesquisas nas áreas dos Estudos Organizacionais tem aumentado de forma exponencial nos últimos quinze anos no Brasil. Isto não ocorreu sem certa resistência dos adeptos dos métodos quantitativos paramétricos e não paramétricos. Poder-se-ia sugerir duas hipóteses para explicar porque este fenômeno estaria ocorrendo: (i) o acesso à literatura sobre o uso de metodologias qualitativas tornou-se mais abrangente, mais didático e mais operativo; (ii) a suposição de que a análise dos discursos em entrevista qualitativa e em textos impressos é relativamente mais simples, menos trabalhosa, mais rápida e fácil do que as respostas obtidas através de instrumentos de coleta nos quais se utilizam métodos estatísticos.

No entanto, dependendo da forma como são conduzidas, as análises de discursos podem ser mais simples do que as análises quantitativas quando tomadas como simples técnicas, ou estas podem ser mais fáceis do que a interpretação dos discursos quando esta for tomada em sua dimensão epistemológica. Na prática da pesquisa, contudo, tanto uma quanto outra são trabalhosas, demandam critérios rigorosos de aplicação e uma condição especial para tratar com as subjetividades, seja na montagem dos questionários

(especialmente no caso das pesquisas quantitativas), seja na interpretação dos dados ou dos discursos.

As ferramentas quantitativas, com destaque para a estatística, demandam um razoável investimento na preparação do instrumento de coleta de dados e em sua aplicação e análise, embora o processamento seja bastante facilitado por softwares como o Statistical Package for Social Science – SPSS. Os que optam pela visão quantitativa podem inclusive argumentar que os instrumentos de coleta de dados elaborados a partir de questionários abertos, seminários de discussões, sessões de *brain storming*, análise de documentos, entre outros, são “mais fáceis” e ao mesmo tempo carregados de subjetividades. Trata-se de uma falsa concepção. Ambos os métodos são de difícil uso, ambos são complexos e exigem extremos cuidados por motivos muito semelhantes: a inevitável subjetividade na montagem dos instrumentos de coleta e/ou na interpretação dos dados.

Em se tratando da construção do conhecimento científico a partir da análise dos discursos contidos nas expressões orais e escritas dos sujeitos, a relação entre as formas de condução e de interpretação das entrevistas qualitativas e dos textos impressos, sejam oficiais ou não, e a região epistemológica mais geral à qual estas formas se vinculam, precisa estar objetiva e claramente definida, para que o sujeito pesquisador não cometa inconsistências analíticas na apropriação dos discursos como base empírica para fundamentar a teoria desenvolvida.

Considerando que em toda a pesquisa que se vale da técnica de coleta de dados através da entrevista qualitativa e que aplica a análise dos discursos se produz uma inevitável interação entre o sujeito pesquisador e o sujeito do objeto da pesquisa que habita o campo empírico (o entrevistado, o produtor do texto impresso, o redator de documentos, o responsável pelo desenvolvimento de programas, entre outros), é igualmente importante considerar que o discurso produzido nesta interação é relevante e, como ambos os sujeitos falam, é necessário destacar *qual* é a fala e *para que* é esta fala. Isto significa a capacidade de distinguir:

- i. Se a fala do sujeito do objeto é a sua própria fala;
- ii. Se é um discurso adaptado à interpretação ou se é a tradução do que o sujeito do objeto julga ser sua fala adequada diante do discurso do sujeito pesquisador ou do interlocutor a quem o produtor do texto impresso, o relator de documentos, o responsável pelo desenvolvimento de programas, se dirige.

Daí decorrem, inevitavelmente, duas questões: (i) em que medida o pesquisador, mesmo não intencionalmente, pode conduzir ou influenciar o discurso do sujeito do objeto, no caso das entrevistas qualitativas, ou ser tentado a ler e interpretar o texto impresso de uma perspectiva que não é aquela dos que estão inseridos no contexto das mensagens, das falas, enfim, do discurso do referido texto? (ii) Em que medida o conhecimento assim registrado faz parte do procedimento científico e, portanto, possui uma condição epistemológica?

É sabido que para os textos impressos, tais como relatórios, documentos, manuais e notícias, jornais internos, comunicados, entre outros, também se pode utilizar da ferramenta denominada “análise de conteúdo”, que trabalha, quantitativa ou qualitativamente, com o que o texto propriamente contém, geralmente utilizando-se de categorias de análise previamente definidas, de maneira a compreender o que o texto expressa. Aqui, se busca um conjunto de elementos que possuam, para o pesquisador, um significado que possa ser percebido pelo método, que possa ser transformado em um indicador de frequência, que possa ser detectado por justaposições ou o que o programa buscar identificar (Bardin, 1997). Mas este procedimento difere da Análise de Discurso. Primeiro, porque a AD, como foi dito, não é uma técnica de pesquisa, mas um campo do saber com diferentes concepções, as quais se valem de métodos próprios para serem operados. Segundo, porque a AD pretende compreender o sentido da palavra manifesta *através* do discurso, o que torna essencial localizar a posição sócio-histórica do sujeito do discurso, sua ideologia, seu contexto e suas condições de inserção no mundo da cultura para apreender o sentido e o significado do discurso.

Convém insistir, mais uma vez, que a análise do discurso encontra-se igualmente nos textos impressos formais, tais como relatórios, registros, documentos oficiais, comunicados, entre outros, tanto quanto nos textos impressos “informais”, como notícias (tanto aquelas publicadas na mídia quanto nos jornais internos), nos folders, em manuais de treinamento e onde mais esteja a palavra manifesta. Mas, está também onde a palavra não se encontra manifesta, no não dito, no que não pode ser pronunciado às claras. É aqui, no não dito, que a subjetividade pode deixar de ser uma aliada da interpretação e se transformar em um desvio ideológico ou político. Por este motivo, a interpretação do não dito deve ser realizada a partir de um controle efetivo dos significados e sentidos orientados pelo recorte previamente estabelecido.

É importante apontar que uma diferença fundamental entre a análise de conteúdo e do discurso, entre outras, é também a forma de acessar o objeto (Pêcheux, 1993). Se a opção por utilizar a entrevista qualitativa e as fontes documentais por parte do pesquisador tem como finalidade, explícita ou não, escapar dos problemas das técnicas quantitativas, é preciso ficar atento. O uso de ferramentas qualitativas de coleta de dados, especialmente aquelas que serão submetidas à análise de discursos, pode ser muito mais complexa que o uso de técnicas quantitativas, pois envolve:

- a. Uma questão ontológica: refere-se ao sujeito enquanto sujeito ou ao sujeito concebido como tendo uma condição comum, inerente a todos e a cada um dos sujeitos, de tal forma que seu discurso possui certa universalidade;
- b. Uma questão sócio-histórica: ainda que se possa admitir certa ontologia do ser, esta não é uma unidade sólida. Assim, a questão sócio-histórica trata da concepção de que os sujeitos estão inseridos historicamente no mundo das relações sociais e, portanto, na produção das condições materiais de sua existência;
- c. Uma questão epistemológica: todo discurso contém um conhecimento (a ser desvendado, com frequência) cuja matriz geradora pode provir de distintas dimensões.

Assim, este ensaio pretende, como já anunciado, refletir sobre os processos discursivos e as análises dos discursos a partir das concepções de Pêcheux e Bakhtin tendo como referência do campo empírico as manifestações discursivas na construção do conhecimento científico na área dos estudos organizacionais.

## **2 A Análise do Discurso**

De acordo com Gill (2002) existem pelo menos cinquenta e sete variedades de análise de discurso, que partem de concepções diferentes e de diferentes referenciais teóricos, mas que são abrigados sob uma mesma denominação. Pode-se deduzir, desta observação, que a profusão de variedades leva os pesquisadores a uma constante confusão sobre qual é a forma mais adequada à sua análise. De pronto, deve ficar claro que a forma, a concepção ou técnica de análise utilizada, assim como a metodologia, depende do objeto. É este que condiciona a técnica de pesquisa e não o inverso.

De fato, se o objeto for a investigação comparativa da preferência de consumidores de produtos de higiene pessoal em diferentes bairros da cidade, por exemplo, o questionário

fechado com análise estatística é a técnica mais recomendável. Mas, se o objeto for a avaliação em profundidade da percepção dos empregados quanto a procedimentos de uma organização referente à política de gestão de pessoas, a entrevista qualitativa será a técnica mais apropriada, pois a pesquisa quantitativa, neste caso, trará as respostas “prontas”, alinhadas, dispostas em um questionário que de antemão oferece alternativas ao sujeitos entrevistados não deixando lugar para outras falas que não as falas selecionadas pelo questionário.

Pode-se, neste último caso, utilizar uma estratégia de pesquisa que possibilite a manifestação do discurso livre e, a partir dele, que se execute uma abordagem quantitativa. De fato, se o sujeito pesquisador fizer um levantamento qualitativo em profundidade com os empregados sobre a política de gestão de pessoas, fatalmente chegará a uma situação de esgotamento de percepções novas, ou seja, os discursos tendem a ser repetitivos e nada mais acrescentam de novo à investigação. O sujeito pesquisador, deste modo, pode, então, organizar as falas, sistematizá-las, agrupá-las em categorias de análise e, com isto, elaborar um questionário fechado, com o qual poderá aferir até que ponto os discursos dos sujeitos objeto da pesquisa (os entrevistados na investigação qualitativa) possuem ressonância nos demais sujeitos da organização. Com isto, pode-se obter uma avaliação quantitativa a partir de uma investigação qualitativa. Os dados obtidos na avaliação quantitativa podem confirmar ou autorizar a investigação qualitativa ou, de outro modo, podem desautorizar as falas.

Se o pesquisador pretende buscar a elaboração coletiva de um processo, o mesmo pode:

- i. Realizar entrevistas em grupos, orientadas, com temas definidos, com roteiros e tempos determinados, com uma condução que confira a palavra a todos de igual forma;
- ii. Trabalhar a partir de técnicas como “brain storming”, em que a palavra e as ideias brotam livremente e o pesquisador as registra para uma sistematização e análise posterior. Neste caso, o pesquisador não interfere nos discursos senão, no máximo, para incentivá-los;
- iii. Tentar “construir” o processo coletivo dos sujeitos, com a finalidade de entendê-lo, a partir de uma análise clínica das manifestações de cada elemento do grupo e, neste caso, precisará utilizar técnicas de entrevistas mais próximas às utilizadas pela psicologia.

Em qualquer dos casos, os cuidados metodológicos devem ser rigorosos. Mas em nenhum deles se trata de AD e sim, de análise de conteúdo dos discursos, que é outro procedimento igualmente válido, mas com proposta e finalidade diferentes.

Independentemente das várias formas disponíveis, a AD deve considerar que a linguagem não é uma forma neutra de expressão, mas uma forma carregada de sentidos, de história, de ideologia, de sentimentos não manifestos, de inconsciente e que todos estes elementos compõem o discurso na construção da vida social (Gill, 2002). A linguagem não se encontra unicamente na fala ou nos textos, isto é, nos discursos manifestos. Neste sentido, a AD deve ser considerada não uma simples ferramenta de coleta de dados, mas uma disciplina de interpretação resultante da integração de diferentes abordagens (Orlandi, 1999; 2003). Tal integração, segundo Caregnato & Mutti (2006) e Orlandi (2003), advém das seguintes contribuições:

- i. Da linguística: incorpora a noção de fala para a de discurso;
- ii. Do materialismo histórico: incorpora a teoria da ideologia;
- iii. Da psicanálise: incorpora a noção de inconsciente

Trata-se, então, sempre levando em conta o propósito desse ensaio, de destacar alguns pontos relevantes das duas concepções de análise de discurso.

### **3 Pêcheux: a materialidade do discurso no contexto sócio-histórico**

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação. Michel Pêcheux (2002) estabelece uma relação discurso↔língua↔sujeito↔história ou discurso↔língua↔ideologia, em que o discurso é estudado não apenas enquanto forma linguística, mas como forma material da ideologia e em seu contato com o histórico, pois é aí que a materialidade específica do discurso se constitui.

Michel Pêcheux elabora sua teoria do discurso com base na concepção althusseriana de ideologia, ainda que em vários dos seus textos afirme que o conceito de formação discursiva com o qual trabalha é emprestado de Foucault. No entanto, para Foucault (1996; 1997) o que importava eram as relações entre o falar e o fazer, e não a autonomia das práticas discursivas, a qual recusava. Como sugere Grangeiro (s/d), ao invés de ideologia, Foucault trabalha com a constituição de saberes/poderes, os quais não passariam necessariamente

pela questão das classes sociais e não estariam necessariamente determinados, nem mesmo em “última instância” pelos fatores econômicos.

Para Pêcheux, a formação discursiva é o que em uma dada conjuntura “determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1995). Grangeiro (s/d), a propósito, considera que são perceptíveis duas bases epistemológicas fundamentais na teoria de Michel Pêcheux: as teses althusserianas de luta de classes e ideologia e a perspectiva de fulcro na linguística em que se encontra a questão dos *gêneros do discurso e da materialidade linguística*. Sobre isso, Grangeiro (s/d) & Baronas (2004) indicam que são possíveis duas aproximações teóricas: Mikhail Bakhtin, com a questão dos gêneros do discurso e Roger Chartier com a questão da materialidade do discurso.

Para Pêcheux (1993), a língua é a forma de materialização da fala, contando com os planos materiais e simbólicos. O discurso produzido pela fala sempre terá relação com o contexto sócio-histórico. Considere-se, por analogia, o discurso de um gestor, que parte de um compromisso com a direção da organização, que assume a ideologia professada pela organização. Na perspectiva de Pêcheux, seu discurso é “sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, de tal forma que é necessário considerar que o mesmo expressa os interesses de determinado grupo, que fala por um determinado grupo. Isto sugere que

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [sendo] necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 1993).

Neste sentido dado por Pêcheux, todo o discurso contém uma expressão ideológica, pois o sujeito não é um “indivíduo autônomo” que fala por si, mas um sujeito que pertence ao coletivo e, deste modo, consciente ou inconscientemente, apodera-se do discurso coletivo e de seu sentido. Esta relação de pertença a um coletivo e à ideologia que este professa é “condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia”. (Pêcheux, 1993). Ao se adotar o pressuposto de Pêcheux adota-

se a concepção segundo a qual a análise do discurso poderá resultar em uma interpretação ou em uma nova interpretação, isenta de julgamento.

A formação discursiva constitui-se na relação com o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva. O intradiscurso é a materialidade (fala), ou seja, a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso. (Caregnato & Mutti, 2006)

Pêcheux relaciona o conceito de formação discursiva ao problema da ideologia e da luta de classes, extraíndo de Foucault a concepção “materialista e revolucionária”, que é a do discurso como prática. Ainda com relação à formação discursiva em Pêcheux, o que se observa é uma profunda reelaboração das teses althusserianas, principalmente no que diz respeito à interpelação do sujeito pela ideologia. Em *Les Vérités de La Palice* (Pêcheux, 1975), por exemplo, Pêcheux coloca a problemática da teoria materialista dos processos discursivos sob o signo das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Ao acentuar a questão da transformação, está apontando claramente uma perspectiva de afastamento de possíveis interpretações funcionalistas do texto althusseriano.

No trabalho apresentado em 1977 em um Simpósio no México sobre o discurso político, “Remontemos de Foucault a Spinoza”, Pêcheux (1977; 1978) rediscute a noção de ideologia, abrindo espaço para a questão das fronteiras maleáveis da formação discursiva. Como bem observa Gregolin (2005), Pêcheux opera com a categoria marxista da contradição dos *dois mundos em um só*, de que *o gérmen do novo está dentro do velho* ou, na reformulação leninista, *o um se divide em dois*, o que significa que uma *ideologia não é idêntica a si mesma, ela só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários* (Pêcheux, 1977).

Assim, a formação discursiva é uma unidade dividida que embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, não é una, mas heterogênea, não de forma accidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma formação discursiva *coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, pois uma formação discursiva é “constitutivamente frequentada por seu outro”* (Pêcheux,

1995). Esse “outro” da formação discursiva é justamente o interdiscurso, noção profundamente importante por estar relacionada com, entre outras, três questões fundamentais: memória discursiva, que aprofunda a relação da linguagem com os processos sócio-históricos; relação do interdiscurso com o intradiscurso, a posição do sujeito do/no discurso; não-evidência do sentido.

Assim, é necessário, na pesquisa qualitativa, especialmente na AD, levar em conta, como já foi dito, o contexto histórico e cultural em que o mesmo é pronunciado para que se possa compreender a materialidade da fala, na medida em que é esta materialidade que fornece os elementos primários dos sentidos que o sujeito do objeto de pesquisa pretendeu emprestar à sua fala. São elementos primários porque a palavra manifesta contém percepções não reveladas, operações inconscientes, pré-construções de sentido, resultados elaborados ou não de relações sociais vividas (individuais e coletivas), flashes da memória, subjetividade e, igualmente, interesses, disfarces, mentiras, criações deliberadas e outros componentes que fazem parte do jogo de poder.

Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes”. (Caregnato & Mutti, 2006).

É importante tomar em consideração, igualmente, para além da materialidade objetiva, que a língua não é transparente e homogênea como aparenta ser, o que a torna capaz de equívocos, falhas e deslizos, pois ao não existir um único sentido para um enunciado, permite que se façam diversas leituras do mesmo. O sentido, na realidade, não pertence às palavras, pois são simbólicos, abertos e inexatos e, por isso mesmo, são incompletos. Uma palavra pode ter mais de um sentido, como por exemplo, na frase: “é muito cara para mim”. O contexto pode permitir elucidar se o discurso pretende dizer se “é muito dispendiosa para mim” ou se “é muito importante para mim”. O simples enunciado não basta. Na análise do discurso é necessário buscar no que foi enunciado o seu real significado através da interpretação do sentido (significado) e não apenas considerando a inserção do discurso no modo de produção, na ideologia e no interior da luta de classes, ainda que estas categorias sejam fundamentais. Este, aliás, é um dos problemas com o qual se defronta a análise que mede a frequência com a qual uma palavra aparece no discurso, pois não leva em conta nem os sentidos e nem as categorias mencionadas.

Para o pesquisador, em seu processo de construção do conhecimento científico, a perspectiva de Pêcheux sugere que é necessário, na análise do discurso, dominar a expressão ideológica e o sentido do discurso coletivo em que a fala ou o texto se insere para se sentir autorizado a interpretá-los. Portanto, o discurso não pode, nesta perspectiva, ser interpretado à luz de uma teoria prévia, de um esquema de interpretação separado do lugar de sua produção concreta. Ao pesquisador não cabe julgar o discurso ou tentar enquadrá-lo em um esquema aprioristicamente montado para entendê-lo, mas interpretá-lo a partir de seu lugar de constituição.

Há, aqui, um problema a ser resolvido, que é o de se ter vários sentidos: do pesquisador; do coletivo que produz o discurso; da fala dos sujeitos que exteriorizam o discurso oral ou de forma escrita; da teoria de referência. A existência de vários sentidos pode levar o intérprete a não ter nenhuma interpretação real, apenas uma leitura metafísica, idealizada, da realidade em análise.

O problema que o pesquisador precisa resolver na produção do conhecimento científico, de forma a evitar emprestar ao discurso proveniente das falas de seus entrevistados e dos textos impressos que analisa, é encontrar um sentido que não seja o da mediação dos vários sentidos. Este aspecto é importante, pois não há como o sujeito pesquisador, nesta perspectiva, desfazer-se, pura e simplesmente, dos sentidos que histórica e socialmente produziu para si ou que incorporou e que estão no seu discurso e na leitura que faz dos demais discursos. Também não pode isolar os discursos dos entrevistados e do coletivo em que estão inseridos sem lhe propor nenhuma interpretação, pois neste caso a análise pode ser uma descrição empirista ou uma reprodução de apenas um sentido, sem avaliação crítica, sem parâmetro, solto no mundo, porém não inserido nele. Do mesmo modo, não pode interpretar os discursos a partir de uma teoria produzida anteriormente ou externamente aos mesmos, descolada do lugar da sua produção, insensível, portanto, aos sentidos neles presentes, já que define axiomáticamente seu próprio esquema de interpretação.

#### **4 Bakhtin: o processo dialógico e a negociação de significados**

A teoria da linguagem de Bakhtin, em sua concepção dialógica, proporciona a apreensão de um processo de compreensão de um referencial heurístico (enquanto procedimentos pelos quais o sujeito, através de processos, regras ou métodos, descobre o

sentido das palavras) de grande valia para a compreensão da estratégia de análise do discurso. Visando esclarecer como se dá o contato entre duas ou mais vozes ou palavras com sentidos diferentes (que é o significado de dialogia, ou diáfora), Bakhtin descreve a compreensão como um processo em que as enunciações do sujeito que ouve contatam e confrontam as enunciações do sujeito que fala (Wertsch & Smolka, 2001), de maneira que, o sujeito que ouve formula, a cada palavra da enunciação que está buscando compreender, um conjunto de palavras próprias:

Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser ativo, deve conter já o germe de uma resposta (...). Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (...). Compreender é opor à palavra do locutor uma contra-palavra. (Bakhtin, 1992).

Segundo esta concepção dialógica da linguagem de Bakhtin (1986; 1992, 2000), a compreensão exige do interlocutor uma “negociação de significados” entre a palavra do sujeito que fala, que transmite a palavra, e o sujeito que ouve, que recebe esta palavra ou, o que é o mesmo, entre o discurso pronunciado e o discurso a ser compreendido. A concepção dialógica do processo de compreensão deve ser levada em consideração sempre que se analisa o conteúdo do discurso, na medida em que a tradução do que se fala (a palavra de quem fala) pode ser sobreposta pela réplica (a palavra de quem ouve). Para o receptor, esta tradução oferece a garantia de uma “estabilidade cognitiva potencialmente maior do que a que poderia ser alcançada através da manutenção dos dois discursos [entrevistado e entrevistador] em sua integridade e autenticidade” (Sepulveda & El-Hani, 2006).

Para Bakhtin,

Qualquer enunciação, ainda que na forma imobilizada da escrita, é construída como uma resposta a enunciações anteriores, ao tempo em que também antecipa reações ativas da compreensão, estando em contato direto com enunciados alheios. Desta maneira, qualquer enunciação supõe alguma forma de contato entre duas ou mais vozes e, portanto, tem como partes essenciais a dialogia e a polifonia” (Sepulveda; El-Hani, 2006).

A enunciação é, portanto, produto de uma interação entre dois indivíduos socialmente organizados. Ainda que não haja um interlocutor real, *a expressão de um indivíduo sempre se dirige a um auditório social próprio bem estabelecido* (Bakhtin, 1992). A estrutura da enunciação encontra-se no meio ou na situação social mais imediata, que obrigam o discurso interno a realizar-se em uma expressão exteriormente definida. Assim, o sujeito que fala, necessariamente recorre a uma linguagem social, a um discurso que é peculiar a certo estrato ou grupo social (Wertsch & Smolka, 2001). Deste modo, o sujeito apropria-se de certo repertório de fórmulas correntes estereotipadas que *se adaptam ao canal de interação social que lhe é reservado* (Bakhtin, 1992). Para cada esfera da atividade humana, ou para cada esfera da comunicação verbal, são gerados tipos de enunciados relativamente estáveis no que diz respeito ao tema, à composição e ao estilo, que foram denominados por Bakhtin “gêneros de discurso”.

Como observado por Wertsch (1991), em *Estética da Criação Verbal* encontra-se uma discussão acerca da importância teórica da distinção entre gêneros de discurso primários e secundários, tanto para a elucidação da natureza do enunciado como para o esclarecimento do “difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visão de mundo” (Bakhtin, 2000). De acordo com Bakhtin, os gêneros secundários, desenvolvidos em circunstâncias sociais de produção mais complexas, absorvem e transmutam, durante seu processo de formação, os gêneros primários, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Assim, quando o pesquisador realiza uma entrevista em uma organização, é possível esperar que o discurso do entrevistado, se provém do gênero primário, esteja impregnado da ideologia do discurso que provém do gênero secundário. É assim, por exemplo, que os empregados utilizam o discurso da empresa.

Qual a importância deste fato na produção do conhecimento científico em Estudos Organizacionais? A não identificação das diferenças de gênero leva o pesquisador a tomar um discurso pelo outro, não identificando na interpretação do sentido dos discursos provenientes do gênero primário o quanto foram absorvidos e transmutados pelo discurso secundário, o que pode implicar na indução ao erro de interpretação e, portanto, de uma apreensão falsa do real.

Bakhtin não elaborou uma tipologia completa dos gêneros de discurso, mas é possível deduzir alguns critérios para distinguir diferentes gêneros: (i) o conteúdo semântico de referência: refere-se ao tema da enunciação; (ii) os aspectos relativos à expressão: refere-se à relação entre as emoções e os valores que o sujeito que fala estabelece com o que enuncia

e que aparece na seleção das palavras, frases, expressões, na entonação da voz, na acentuação daquilo que representa um sistema de valores; (iii) a estrutura de composição do enunciado; refere-se ao processo de criação de um enunciado, o qual ocorre quando se coloca a significação da palavra em contato com a realidade efetiva, atribuindo-lhe uma entonação expressiva, típica e própria de um gênero de discurso valorativo (entusiasmo, reprovação e encorajamento).

Para Wertsch & Smolka (2001), o critério que de fato interessava a Bakhtin era o da forma como a fala entra em contato, indispensável para a compreensão da estrutura composicional do enunciado. Neste ponto, é importante deixar claro que “voz”, na concepção de Bakhtin, se refere à perspectiva do falante, “relacionada à sua visão de mundo, ao seu horizonte conceitual, ao seu lugar social” (Mortimer & Machado, 2001). Tendo em vista o modo como as vozes entram em contato e se relacionam na composição de certas formas de enunciados, Bakhtin estabelece a distinção entre discurso de autoridade e discurso internamente persuasivo. Na perspectiva de Bakhtin, “num discurso de autoridade, as enunciações e seus significados são pressupostos como fixos, não sendo passíveis de serem modificados ao entrarem em contato com novas vozes” (Mortimer & Machado, 2001). Em contraste, o discurso internamente persuasivo é permeado por contra-palavras, sendo resultante da negociação de significados com o discurso do outro. Ele apresenta “uma estrutura semântica ‘aberta’, que pode ser até mesmo capaz de revelar novas ‘maneiras de significar’” (Mortimer & Machado, 2001).

Para entender como diferentes vozes entram em contato na composição de enunciações em Bakhtin, é necessário buscar a noção de dualismo funcional, segundo a qual todos os textos podem desempenhar duas funções básicas:

- i. Função unívoca: comunica significados adequados;
- ii. Função dialógica: cria novos significados.

No primeiro caso os discursos caracterizam-se por não apresentarem espaço suficiente para que a voz receptora influencie a voz transmissora. No segundo caso, os discursos permitem maior negociação de significados entre as diferentes vozes colocadas em relação. Associada à noção de dualidade funcional dos textos encontra-se, portanto, a distinção entre discurso de autoridade e discurso internamente persuasivo, a qual se apresenta como ferramenta para a elucidação dos contatos entre discursos, como, por exemplo, entre os discursos gerenciais e dos trabalhadores, dos pesquisadores e dos sujeitos

objeto da pesquisa na produção da fala, entre trabalhadores associados a uma Organização Solidária de Produção e um órgão público de fomento econômico ou apoio social.

Outro elemento importante é a concepção de *apreensão apreciativa do discurso* e a *caracterização das tendências de apreensão* ou *reação ativa ao discurso* do outro (Bakhtin, 1992), que apenas pode ser desvendado quando é analisado o modo como se dá a transmissão da palavra no contexto narrativo, em uma perspectiva chamada de dialógico-enunciativa. Neste caso, o discurso é considerado pelo sujeito que fala como sendo construído e enunciado autonomamente pelo outro, de tal forma que para colocar tal discurso no contexto da narração, o sujeito que fala precisa seguir regras sintáticas, adotar estilos e elaborar composições tais que o discurso possa estar associado a uma unidade narrativa. Assim, quando o pesquisador toma as formas dos discursos do outro, pode encontrar igualmente tendências sociais estáveis e pertinentes de recepção e apreensão ativa destes discursos. Caso o pesquisador consiga ler este discurso, o mesmo pode compreender como, na realidade, o discurso do outro é apreendido ou “como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior” (Bakhtin, 1992).

Bakhtin trata de duas tendências fundamentais da reação ativa ao discurso de outro, ou seja, das orientações da inter-relação dinâmica do discurso e do contexto narrativo.

- i. Esforço para criar fronteiras nítidas e estáveis entre a enunciação e o discurso, com o objetivo de conservar a integridade e autenticidade do mesmo. Neste caso, quanto mais dogmática a palavra, mais impessoais as formas de transmissão do discurso do outro e mais nítidas e invioláveis as fronteiras que o separam do resto da enunciação. (Bakhtin, 1992);
- ii. Esforço para desfazer a estrutura fechada do discurso, de maneira a absorvê-lo e apagar suas fronteiras, dando lugar à infiltração, pelo narrador, de réplicas e comentários no discurso do outro. Oposta à tendência anterior, esta se refere ao contexto narrativo (Bakhtin, 1992).

A preocupação de Bakhtin parece ser a relação entre a infraestrutura (as relações de produção) e a consciência, tal como a mesma se materializa no discurso. É desta forma, por exemplo, que Rojo (2001) o analisa. Yaguello (1992), sugere que o trabalho de Bakhtin pretende responder à questão: “Sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a ideologia determina a linguagem?”. Bakhtin (1992) oferece a resposta: “a essência deste problema,

naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação”.

## **5 Considerações Finais: interpretação ou metafísica?**

Uma parte pertinente da crítica vinda dos adeptos dos métodos quantitativos decorre do fato de que tem sido comum encontrar textos acadêmicos recheados de transcrições de extratos de entrevistas e de textos impressos, muitas vezes sem explicações sobre quem é o sujeito da fala (qual sua história social), o que o sujeito fala (qual é sua perspectiva no tema), de onde o sujeito fala (em que local, em que espaço político ou organizacional), quando o sujeito fala (em que contexto micro e macro social) e com quem o sujeito fala ao falar, seja com o pesquisador ou outro interlocutor. Tais estratos pretendem ser a comprovação da realidade pesquisada, quando de fato são apenas ilustrações, ainda que significativas, da mesma, pois nestes casos a realidade não foi apropriada pela pesquisa a partir do conjunto das entrevistas, ou seja, de uma correta análise dos discursos contidos nos textos impressos ou nas falas, mas deduzidas de entrevistas subjetivamente selecionadas e trazidas para o interior do texto acadêmico. De fato, não se trata de análise de discurso, mas de transcrição selecionada de trechos discursivos. A rigor, não se trata sequer de análise de conteúdo.

Para tornar ainda mais frágil este procedimento, os autores impõem ao trecho selecionado alguma consideração aproximada retirada de algum texto teórico de referência, imputando arbitrariamente a ambos uma relação puramente imaginária. A teoria deixa de ser um aporte para uma análise e se torna, repentinamente, uma confirmação de que o discurso emitido no campo empírico tem uma legitimidade conceitual e, logo, “científica”.

Como se pôde observar pelas concepções de Pêcheux e Bakhtin, quando se analisa um discurso é necessário considerar que o mesmo não tem sentido sem que haja uma interpretação, um significado que lhe dê visibilidade a partir dele mesmo e não de uma arbitrariedade externa. É certo que quem faz a interpretação, quem atribui significado, é o sujeito pesquisador (o analista do discurso), mas é também certo que este sujeito carrega consigo, em sua análise, sua própria história, suas relações sociais e afetivas, de forma que a interpretação pode conter tanto o sentido e o significado que lhe dá o sujeito da fala, quanto o que lhe dá o sujeito da análise da fala. É necessário, deste modo, cuidar para que a análise do discurso não resulte em um amálgama de dois sentidos e dois significados que produzem

outros sentidos e significados e que, ao final, apresentem-se vazios ou distorcidos para os objetivos da pesquisa.

Este problema pode ser agravado pela escolha prévia do recorte teórico, ao contrário do que normalmente se acredita. Ao definir antecipadamente o recorte teórico e as categorias de análise que recobrem o eixo da investigação, o analista pode estar deduzindo um sentido e um significado antes mesmo de o discurso se pronunciar. Em nome de uma regularidade da formação discursiva no confronto entre sentidos-significados heterogêneos, o analista empresta um sentido-significado pré-construído não pelas relações histórico-sociais, mas por uma interpretação teórica desta, interpretação ela mesma carregada de um ou de vários sentidos-significados. Assim, partindo de uma interpretação dada pelo recorte teórico com seu próprio sentido-significado ou o sentido-significado que lhe deu a interpretação do analista, este busca no discurso do objeto do campo empírico um sentido que o mesmo alcançará mediante uma interpretação que já lhe pertencia “em si” antes mesmo de lhe pertencer “para si”.

Em outro extremo, no qual o discurso é, “em si”, em seu aspecto fenomênico, a tradução plena da realidade, o que o mesmo contém acaba por ser tudo o que pode nele ser contido, de onde ou não resulta nenhuma interpretação ou, ao contrário, dá margem a qualquer interpretação. Neste caso, uma interpretação feita ao sabor das aparências primeiras contém um sentido-significado que é próprio do analista, dado pelas suas relações sociais e afetivas. Ao final, a realidade pode simplesmente desaparecer em meio à metafísica dos sentidos e das interpretações (significados).

Assim, a mediação, na produção do conhecimento científico a partir da análise dos discursos, deve levar em conta os vários sentidos presentes nas relações que aí se estabelecem em busca de seus significados, ou seja, em busca de um “equilíbrio” analítico na interpretação dos discursos e dos seus sentidos, sem ceder, em um extremo, às facilidades do empirismo, da descrição, da transcrição que fala por si e, tampouco, em outro extremo, sem cair na armadilha da rigidez dos esquemas previamente definidos. Um método esquemático e uma estreita organização da investigação científica, neste caso, retiram a fecundidade da produção do conhecimento, pois, por mais paradoxal que pareça, como alerta Bachelard (2006), “a organização racional das ideias prejudicaria a aquisição de novas ideias”.

Para Ghiraldelli (2007) o problema é que a palavra “interpretação” tal qual é utilizada na filosofia contemporânea, não tem relação com desvelar, descobrir, revelar, esclarecer,

elucidar. A palavra interpretação, continua Ghiraldelli, vem da tradição de Nietzsche contra Platão e toda a metafísica ocidental, para quem não existem fatos, apenas interpretações ou, não existem textos, apenas versões. O legado de Nietzsche é contra o realismo platônico e qualquer outra forma de realismo.

“Mais do que em qualquer outra época, portanto, é a palavra interpretação que está na jogada atualmente. Todos dizem que vão interpretar, e esperam fazer isso corretamente, mas isso não quer dizer que vão dar a última palavra, como no sentido que desvelar tinha e ainda tem. É claro que para os representacionistas, e não para os pragmatistas, isso gera um paradoxo. Mas isso (...) implicaria em escrever algo sobre (...) a perspectiva pragmatista que implica em não usar do representacionismo, de mostrar sua fraqueza por meio de argumentos do tipo do *Slingshot* ou por meio de argumentos contra a ideia de ‘esquema-conteúdo’” (Ghiraldelli, 2007).

Como se pôde acompanhar, discurso é, genericamente, uma prática social de produção de falas e textos. Todo discurso é uma produção social e histórica e não uma construção, seja individual ou social, como pretende o construtivismo (Berger & Luckmann, 2001). Portanto, o discurso deve ser analisado considerando (i) seu lugar nas relações sociais de produção das condições materiais de existência, (ii) o contexto histórico-social (formação social) em que se expressa, (iii) as condições (políticas, culturais, ideológicas e simbólicas) em que se manifesta e suas práticas de produção; (iv) a visão de mundo necessariamente vinculada à dos sujeitos da fala e à sociedade específica em que vivem.

O texto é o produto formal com registro elaborado pela atividade discursiva e, assim como a fala, é o objeto do campo empírico de análise do discurso. O texto formal e a fala são manifestações produzidas historicamente pelos sujeitos da ação, em um dado modo de produção e em uma formação social determinada, sobre as quais o sujeito pesquisador se debruça para buscar as indicações que conduzem à investigação científica. A forma de análise do discurso e as metodologias de apropriação da condição discursiva variam. Contudo, para o sujeito pesquisador é preciso sempre considerar que o objeto da AD não pode ser apenas o discurso em si mesmo, mas o discurso para os sujeitos que o produzem e que o pronunciam, seu sentido e seu significado.

O contexto onde o discurso é produzido e pronunciado é a situação histórico-social onde se encontra a fala e o texto, é a formação social que o contém, envolvendo os sujeitos da ação, outros textos e outras falas produzidos no entorno desta formação social e que com ela se relacionam. Se *o contexto é a moldura de um texto*, o contexto envolve elementos

tanto da realidade do autor quanto do receptor, e a análise destes elementos ajuda a determinar o sentido e o significado do discurso para quem o pronuncia e para quem o interpreta. Dito de outro modo, na análise de um discurso deve-se, de imediato, saber que há um autor e um intérprete, ambos sujeitos com determinada identidade social e histórica e, a partir disto, situar o discurso como forma de compartilhamento desta identidade. Como exposto logo no início, a AD é uma concepção e não uma ferramenta de análise como, por exemplo, a estatística, e seus usuários devem obrigatoriamente definir qual concepção a ser considerada em suas análises. Não existe uma e única Análise de Discurso. Assim, se o pesquisador em Estudos Organizacionais opta pela Análise de Discurso em seu procedimento metodológico, deve indicar com clareza e fundamento qual a concepção de AD que o orienta.

## Referências

- Bachelard, G. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- Bakhtin, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Bakhtin, M. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.
- Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- Baronas, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: Sargentini, V.; Navarro-Barbosa, P. (Orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- Bauer, M. W.; Gaskell, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Berger, P. L; Luckmann, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Caregnato, R. C. A.; Mutti, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: *Texto Contexto Enferm.*, 15, 2006.
- Daniels, H. (Org.). *Vygotsky em Foco: Pressupostos e Desdobramentos*. Campinas: Papirus, 2001.
- Fairclough, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- Foucault, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- Foucault, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- Gadet F.; Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- Ghiraldelli Jr. P. *Ainda sobre a interpretação: debatendo com Susana de Castro*, 2007.
- Gill, R. Análise de Discurso. In: Bauer, M. W.; Gaskell, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Grangeiro, C. R. P. *A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux*. Araraquara: UNESP/FCLAR, s/d.
- Gregolin, R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2005.

- Mortimer, E. F.; Machado, A. H. *Elaboração de Conflitos e Anomalias em Sala de Aula*. In: Mortimer, E. F.; Smolka, A. L. B. (Orgs.). *Linguagem, Cultura e Cognição: Reflexões para o Ensino de Ciências e a Sala de Aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- Orlandi, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes; 1999.
- Orlandi, E. P. *A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. X Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, 2003. CD-ROM.
- Pêcheux, M. *Análise automática do discurso*. In: Gadet F.; Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2a ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- Pêcheux, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas (SP): Pontes; 2002.
- Pêcheux, M. *Les Vérités de La Palic: Linguistique, sémantique, philosophie*. Paris: Maspéro, 1975.
- Pêcheux, M. *Remontons de Foucault à Spinoza*. In: Pêcheux, M. *L'inquiétude du discours*. Paris: Ed. Cendres, 1977
- Pêcheux, M. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. México, 1978.
- Pêcheux, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- Ricoeur, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- Ricoeur, P. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- Rojo, R. H. R. *A teoria dos gêneros de discurso em Bakhtin: construindo uma perspectiva enunciativa para o ensino de compreensão e produção de textos na escola*. Brait, B. (Org.). *Estudos Enunciativos no Brasil: Histórias e Perspectivas*. Campinas: Pontes/FAPESP. 2001.
- Sargentini, V.; Navarro-Barbosa, P. (Orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- Sepulveda, C.; El-Hani, C. N. *Apropriação do Discurso Científico por Alunos Protestantes de Biologia: uma análise à luz da teoria da linguagem de Bakhtin*. Porto Alegre: Investigações em Ensino de Ciências, Instituto de Física/UFRGS, 2006.
- Wertsch, J. V. *Voices of the mind: a sociocultural approach to mediated action*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- Wertsch, J. V.; Smolka, A. L. B. *Continuando o diálogo: Vygotsky, Bakhtin e Lotman*. In: Daniels, H. (Org.). *Vygotsky em Foco: Pressupostos e Desdobramentos*. Campinas: Papyrus, 2001.
- Yaguello, M. *Introdução*. In: Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.